



JULIANA VERZANI LIMA DE ALMEIDA

**O PAPEL DAS ASSOCIAÇÕES DE BAIRROS NO
DESENVOLVIMENTO LOCAL: PRÁTICAS E RESULTADOS
NO MUNICÍPIO DE LAVRAS-MG**

LAVRAS – MG

2019

JULIANA VERZANI LIMA DE ALMEIDA

**O PAPEL DAS ASSOCIAÇÕES DE BAIROS NO DESENVOLVIMENTO LOCAL:
PRÁTICAS E RESULTADOS NO MUNICÍPIO DE LAVRAS - MG**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à
Universidade Federal de Lavras, como parte
das exigências do Curso de Administração
Pública, para obtenção do título de Bacharel.

Prof. Dr. Denis Renato de Oliveira
Orientador

**LAVRAS – MG
2019**

JULIANA VERZANI LIMA DE ALMEIDA

**O PAPEL DAS ASSOCIAÇÕES DE BAIROS NO DESENVOLVIMENTO LOCAL:
PRÁTICAS E RESULTADOS NO MUNICÍPIO DE LAVRAS - MG**

**THE ROLE OF DISTRICT ASSOCIATIONS IN LOCAL DEVELOPMENT:
PRACTICES AND RESULTS IN THE MUNICIPALITY OF LAVRAS - MG**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à
Universidade Federal de Lavras, como parte
das exigências do Curso de Administração
Pública, para obtenção do título de Bacharel.

APROVADO em
Dr. Denis Renato de Oliveira
Dr. Dany Flávio Tonelli
Dr. Renato Silvério Campos

UFLA
UFLA
UFLA

Prof. Dr. Denis Renato de Oliveira
Orientador

**LAVRAS – MG
2019**

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Ana Beatriz e Dejair pelo incentivo.

Ao professor Denis pelo suporte e orientação.

E a todos que fizeram parte da minha formação.

RESUMO

O modelo de desenvolvimento local parte do pressuposto de que a comunidade deve ter mais autonomia e atuar como agente de desenvolvimento auxiliando o Estado a prover demandas sociais, buscando uma melhoria integral da qualidade de vida da população de seu território. A partir desta discussão, este trabalho objetivou analisar e compreender o papel das associações civis na promoção do desenvolvimento local. Nos aspectos metodológicos, valeu-se da realização de um estudo de caso em três associações do município de Lavras – MG, com o intuito de conhecer suas condições de funcionamento, identificar suas ações e práticas e analisar a relação entre os resultados alcançados e o desenvolvimento local. A conclusão que se chega é que o desenvolvimento visível nos bairros estudados, tanto nos aspectos sociais quanto econômicos, em parte só foi possível graças às reivindicações feitas pelas associações. Porém, para que o desenvolvimento local seja de fato alcançado, a participação da população e o atendimento das demandas pelo setor público são extremamente importantes no processo e ainda se encontram muito tímidas e dependentes dos líderes locais que mobilizam os cidadãos.

Palavras-chave: Desenvolvimento local. Associação. Participação. Reivindicação.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
1.1	Contextualização	7
1.2	Objetivo geral	8
1.3	Objetivos específicos.....	8
1.4	Justificativa	9
2.	REFERENCIAL TEÓRICO	9
2.1	Histórico do desenvolvimento	9
2.2	Desenvolvimento e articulação territorial.....	13
2.2.1	Paradigma Funcionalista	14
2.2.2	Paradigma Territorialista.....	14
2.3	Desenvolvimento local.....	15
2.4	O papel das associações civis no desenvolvimento local	18
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	20
4	ANÁLISE E RESULTADOS	22
4.1	Descrição dos objetos de estudo	22
4.1.1	Associação dos Bairros Jardim Glória e Jardim Campestre I, II e III	22
4.1.2	Associação dos Bairros Jardim Eldorado e Monte Líbano I e II.....	22
4.1.3	Associação do Bairro Agua Limpa	23
4.1.4	Associação do Bairro Vista do Lago.....	23
4.2	Ações e práticas de desenvolvimento	23
4.2.1	Condições de Funcionamento.....	24
4.2.2	Ações e práticas	25
4.2.3	Contribuição para o desenvolvimento local.....	32
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	34
	REFERÊNCIAS	36
	APÊNDICE	40
	ANEXOS	41

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

Após a Segunda Guerra, o desenvolvimento passou a ser uma das maiores preocupações mundiais. Inicialmente imaginou-se a possibilidade de um desenvolvimento generalizado, baseado no modelo das nações com altos índices de produção industrial, porém, tal modelo não levou em consideração as particularidades históricas, culturais, econômicas e sociais de cada país. De acordo com Sen (2010) a concepção adequada de desenvolvimento deveria ir além do crescimento do Produto Nacional Bruto e de variáveis relacionadas à renda.

Segundo Ultramari e Duarte (2011) a proposta alternativa é viabilizar o desenvolvimento local. Nesse modelo de desenvolvimento o papel do Estado como provedor de demandas sociais é compartilhado com a comunidade local, que passa a ter maior autonomia e a possibilidade de atuar como agente do desenvolvimento para transformar sua realidade. A ideia do desenvolvimento local propõe a melhoria da qualidade de vida e do bem-estar social da população ativando diferentes agentes, pertencentes à comunidade e representantes dos interesses coletivos.

Para que essa ideia e possibilidade de participação ocorresse de fato, começaram a surgir agentes das ações de desenvolvimento local, como cooperativas, conselhos gestores, fóruns, sindicatos e principalmente as associações, canais de participação instituídos para fortalecer a cidadania e defender a melhoria da qualidade de vida da comunidade. Warren (2001) afirma que as associações tiveram origem em primeira instância nos bairros, com a reivindicação de diferentes serviços urbanos que não existiam e, cresceram em grande escala a partir dos anos 1970. Estas organizações coletivas não só se inseriram em um determinado território, mas desempenharam atividades de representação da população onde estiveram inseridas.

Lopes (2012) acredita que a valorização da participação da população através da mobilização constitui uma das principais referências do desenvolvimento local. A participação garante o exercício da democracia para além dos espaços formais de poder e da representatividade eleitoral, levando em conta os interesses do conjunto da população, e possuindo uma visão abrangente e integrada do território, da sociedade e das questões do desenvolvimento (ROCHA, 2011).

No Brasil, as experiências participativas começaram a se multiplicar a partir da década de 1990 com a promulgação da Constituição Federal de 1988 e com Lei 9.790 de 1999, que

regulamentou as chamadas Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público e o Termo de Parceria, que foi firmado de comum acordo entre o Poder Público e tais organizações, para que o Estado, associações e fundações sem fins lucrativos conseguissem, em conjunto, trabalhar em projetos.

Rocha (2008, p. 131), destaca a importância da carta magna, quando reflete que

[...] a intensificação da participação social, entendida aqui como a participação da sociedade em espaços públicos de interlocução com o Estado, reflete a configuração de um tecido social que foi se tornando mais denso e diversificado desde meados dos anos 70, período de surgimento dos novos movimentos sociais. A Constituição Federal de 1988, por sua vez, coroou esse processo atribuindo relevância à participação da sociedade na vida do Estado, ao instituir vários dispositivos nas esferas públicas de âmbitos federal e local (ROCHA, 2008, p. 131).

Diante desse cenário, o poder público passou a apontar que as transformações geradas pelas organizações sociais são fundamentais para o alcance do desenvolvimento local, com efeito sobre a qualidade de vida das populações das regiões envolvidas. Tendo em vista tal apontamento, e considerando também a expansão das experiências participativas, surge a seguinte questão de pesquisa: qual tem sido o papel das associações de bairros do município de Lavras - MG na promoção do desenvolvimento local?

Para essa análise será realizado um estudo de casos em quatro associações de bairro do município: Associação Comunitária dos Bairros Jardim Glória e Jardim Campestre I, II e III, Associação Amigos e Moradores dos bairros Jardim Eldorado, Monte Líbano 1 e 2, Associação Comunitária do Bairro Água Limpa e Associação Comunitária do Bairro Vista do Lago. O intuito é identificar as práticas (ações) e resultados desse canal de participação para desenvolvimento local, ou seja, busca pela melhoria da qualidade de vida e do bem-estar social dos indivíduos da comunidade de Lavras – MG.

1.2 Objetivo geral

O presente trabalho tem como objetivo geral investigar o papel das associações de bairros do município de Lavras - MG na promoção do desenvolvimento local na percepção de seus membros.

1.3 Objetivos específicos

Para atingir o objetivo geral, foram traçados três objetivos específicos:

- a) Conhecer as condições de funcionamento das associações;
- b) Identificar as ações e práticas das associações; e
- c) Analisar a relação entre os resultados alcançados e o desenvolvimento local.

1.4 Justificativa

Apesar de haver espaços de participação e deliberação previstos no desenho institucional desde a Constituição Federal de 1988, ainda é difícil fortalecer e organizar atores de defesa amplas em torno de políticas públicas. É preciso haver atores que possuam a consciência da importância de sua colaboração na política do seu município, pois com a participação eles se tornam aptos para intervir na deliberação de seus interesses frente ao Estado.

Diante da importância que a participação social assume na gestão e implementação das políticas públicas, observa-se a necessidade de estudos nesse campo com o intuito de contribuir com o direcionamento e planejamento das associações de município em busca do alcance do desenvolvimento local, com efeito sobre a qualidade de vida das populações das regiões envolvidas.

Esta pesquisa tem grande relevância científica e empírica, primeiro porque faz um diagnóstico das associações e, segundo, pois pode auxiliar as associações a saberem onde mudar e melhorar o modo de atuação, trazendo assim resultados mais consistentes e influenciando no desenvolvimento da região que está inserida.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Histórico do desenvolvimento

A ideia de desenvolvimento surgiu na Europa no século XVIII e esteve relacionada à ciência econômica que acompanhou a revolução industrial (CALHEIROS, 2003), ou seja, está associada ao processo de industrialização e urbanização que não levou em consideração as dimensões sociais, culturais, políticas e ambientais do desenvolvimento.

Oliveira (2002) acredita que os países envolvidos na Segunda Guerra Mundial tiveram a necessidade de libertar seus territórios e também o mundo dos problemas que os perseguiram

nos períodos anteriores, como a guerra, a miséria, o desemprego, as desigualdades e discriminações. Diante dessa necessidade, imaginou-se a possibilidade de um desenvolvimento generalizado para todos os países. Ultramarini e Duarte (2011) afirmam que o modelo de desenvolvimento a ser alcançado seria medido por indicadores de caráter industrial ou, mais genericamente, econômicos.

De acordo com Furtado (1974):

“A ideia de desenvolvimento econômico é um simples mito. Graças a ela tem sido possível desviar as atenções da tarefa básica de identificação das necessidades fundamentais da coletividade e das possibilidades que abrem ao homem os avanços da ciência, para concentrá-las em objetivos abstratos, como são os investimentos, as exportações e o crescimento” (FURTADO, 1974, p.75).

Ao longo do tempo foi observado que o crescimento econômico e a acumulação desenfreada não acompanhavam o desenvolvimento, o que fez com que outras ideias de desenvolvimento passassem a existir. Wolfe (1991) afirmou, portanto, que o desenvolvimento não deve ser pensado apenas em termos econômicos, mas em termos sociais. Para ele a sociedade é capaz de encontrar caminhos entre o que é dado pelas condições de local, tempo e cultura e o que é possível fazer no contexto, através da força da cooperação e da escolha social.

Analisar o desenvolvimento levando em consideração apenas o crescimento econômico e o progresso técnico e científico não permitem revelar as suas dimensões. O crescimento econômico e o progresso nem sempre significam qualidade de vida e desenvolvimento para a população. Como ressalta Furtado (1974), o desenvolvimento ocorre quando os valores humanos são abertos para a capacidade criativa e a acumulação é difundida em segmentos importantes da coletividade. Martins (2002, p.55) indica que esse entendimento de desenvolvimento "aparece num contexto em que se esgotam as concepções de desenvolvimento associadas a progresso material (acúmulo de riquezas), pessoal (ganhar a vida) e ilimitado (quanto mais, melhor)".

Surgiram então novos conceitos de desenvolvimento que, de acordo com Amaro (2003) podiam ser unidos em três fileiras: a fileira do ambiente, que engloba o eco-desenvolvimento e desenvolvimento sustentável, a fileira das pessoas e das comunidades, que engloba o desenvolvimento comunitário, desenvolvimento participativo e o desenvolvimento local e a fileira dos direitos humanos, que engloba o desenvolvimento humano e o desenvolvimento social.

O desenvolvimento social surgiu a partir das críticas de que apenas o crescimento econômico levaria ao desenvolvimento. Tais críticas demonstraram que ao invés de diminuir as desigualdades entre os países, o comércio internacional acentuava o conjunto das diferenças existentes entre as diversas nações. De acordo com Sen (2000) o desenvolvimento social tem como proposta a ampliação da capacidade de escolhas e opções dos indivíduos. Nele há de uma gama complexa de ações e medidas que habilitam capacidades humanas através da oferta de serviços e oportunidades sociais e econômicas. O desenvolvimento social é então entendido como um processo de melhora da qualidade de vida de uma sociedade, onde haja o cenário de liberdade, justiça, igualdade, além de um amplo acesso aos bens públicos (SEN, 2000).

Já o desenvolvimento sustentável surge, de acordo com Godard (2002), quando se estabelece a consciência de que as raízes dos problemas ambientais estariam nas formas de desenvolvimento tecnológico e econômico, sendo impossível o tratamento das questões sem uma reflexão sobre este modelo de desenvolvimento proposto. O Relatório Brundtland, elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento define o desenvolvimento sustentável como aquele "que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades" (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988, p. 46).

O conceito de desenvolvimento então passa a englobar novos paradigmas, onde são privilegiadas novas perspectivas econômicas e são introduzidas novas problemáticas, como a da liberdade individual, participação social, ideia de sustentabilidade e de diversidade cultural. Ferreira (2005), diz que o conceito de desenvolvimento foi aumentando o seu campo, passando a integrar novas dimensões e novas preocupações, especialmente os aspectos qualitativos das mudanças, os elementos humanos, as ações dos grupos e das comunidades, a concepção, organização e administração dos projetos de forma socialmente participada”.

Ignacy Sachs (2009), afirma que:

“[...] no início, o crescimento econômico serviu como um substituto do desenvolvimento. Posteriormente, outras dimensões foram gradualmente adicionadas ao conceito, levando a uma litania de adjetivos [...] Trabalho hoje com o conceito de desenvolvimento socialmente inclusivo, ambientalmente sustentável e economicamente sustentado” (SACHS, 2009, p.7-21).

Essa nova configuração do conceito de desenvolvimento acaba por provocar mudanças na política, economia e tem o intuito de apresentar outros caminhos para promover a inclusão social, a valorização de bens culturais e ambientais, e o bem-estar econômico. A partir dessas novas leituras, a produção econômica, que era vista como a essência do progresso, torna-se meio para o desenvolvimento dos valores humanos. O crescimento então se reflete no progresso das sociedades como um todo, não somente no aspecto econômico, mas em suas múltiplas dimensões (MARTINELLI e JOYAL, 2004)

De acordo com Oliveira (2002):

“[...] o desenvolvimento deve ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e, principalmente, humana e social. Desenvolvimento nada mais é que o crescimento – incrementos positivos no produto e na renda – transformado para satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano, tais como: saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, dentre outras” (OLIVEIRA, 2002, p.40).

Para Rambo e Ruppenthal (2004) o conceito de desenvolvimento atualmente está em constante transformação e possui cinco variáveis inter-relacionadas, são elas: o crescimento, trabalho, igualdade, participação e independência.

No Brasil, desde o início da década de 90, quando os governos municipais começam a experimentar a autonomia obtida com a Constituição de 1988, uma série de estratégias começou a ser adotada por eles para ampliar a democracia, melhorar a atividade governamental, resolver problemas e promover desenvolvimento. Vaz, Musse e Santos (2008), destacam:

“A Constituição Federal de 1988 é um marco na construção da cidadania em nosso país. Um verdadeiro avanço frente às Cartas anteriores. Representa, ao mesmo tempo, um resgate da democracia e dos direitos políticos e uma transformação substantiva na perspectiva de acesso a direitos sociais. Numa concepção mais estruturada e integralizada de cidadania, a lei maior estabeleceu direitos individuais, coletivos, sociais, políticos, e deu nova roupagem ao Estado brasileiro para cumprir funções variadas com o objetivo de assegurar direitos, prestar serviços públicos universais, garantir o desenvolvimento nacional, combater desigualdades regionais e sociais” (VAZ; MUSSE; SANTOS, 2008, p. 11).

Medeiros e Borges (2007) afirmam que com o fim dos governos militares e o início de um novo período democrático, instaurado pela Constituição Federal de 1988, uma das ações e pressões foi o forte movimento da sociedade para fazer a descentralização como um meio de

aproximar o Estado das demandas populares e torná-lo mais moderno e eficiente na resolução das questões sociais e econômicas. A descentralização é um processo de transferência de poderes de uma instância de governo superior para uma inferior.

Para Felicíssimo (1992), “descentralizar consiste em dar às coletividades o poder de gerir de forma autônoma seus próprios assuntos”. Nesse sentido, Lobo (1988) afirma que “o processo deve incorporar também a transferência daquelas responsabilidades, até então da esfera federal, que sejam mais adequadas à execução e gestão dos governos estaduais e municipais”. Dentre as razões a favor da descentralização, Mello (1991) considera que:

- “1. A descentralização pode diminuir as severas limitações do controle do planejamento nacional centralizado, mediante a delegação de autoridade a funcionários que atuam fora da sede do Governo.
2. Pode diminuir os efeitos negativos da burocracia, típicos do planejamento central e das políticas de desenvolvimentos dos países em desenvolvimento.
3. A descentralização de funções permite aos funcionários locais um conhecimento e uma sensibilidade maiores em relação aos problemas e necessidades locais.
4. Uma estrutura governamental descentralizada é indispensável à participação cidadã no processo de planejamento e administração do desenvolvimento” (MELO, 1991, p.200).

É justamente nesse contexto que estudos locais ganham importância, com o município assumindo funções que antes eram de responsabilidade de instâncias de poder superiores. Desta forma, cada vez mais os municípios constituem-se em um espaço estratégico para o desenvolvimento (BARQUERO, 1993, p.72).

2.2 Desenvolvimento e articulação territorial

Segundo Calheiros (2003) quando se fala em desenvolvimento e articulação territorial do desenvolvimento é necessário analisar as os dois paradigmas de desenvolvimento que existiram na Europa: o paradigma funcionalista, que afirma que o desenvolvimento é um fenômeno induzido do exterior, e o paradigma territorialista, que afirma que o desenvolvimento parte do próprio território, pela mobilização dos recursos materiais e humanos que nela existem.

2.2.1 Paradigma Funcionalista

O paradigma funcionalista serviu de referência para uma Europa eufórica na década de 60 e inícios dos anos 70, período em que se vivia um clima de confiança econômica após o fim da Segunda Guerra Mundial. Foi atribuído ao processo de desenvolvimento uma perspectiva centralizadora e passou-se a encará-lo como um processo paralelo ao processo de crescimento econômico, ou seja, acreditava-se que o desenvolvimento só era possível por meio do crescimento econômico (CALHEIROS, 2003). Neste sentido, o desenvolvimento estava hierarquicamente dependente das influências macroeconômicas e das tendências de crescimento econômico globais.

Henriques (1990) afirma que tal paradigma partiu de dois grandes pressupostos: que o desenvolvimento acontecia inicialmente em algumas grandes áreas e setores, em seguida difundia-se à totalidade do território e aos setores a ele inerentes, e por último, era planejado. Este pensamento partiu do pressuposto de que as populações não possuíam ou possuem capacidade para resolverem as suas próprias necessidades, tendo que recorrer a agentes externos, o Estado ou outras instituições. (CALHEIROS, 2003).

Segundo Manteigas (2010) esta visão encarou o espaço como um suporte, onde se localizam as atividades e no qual apenas atuam as forças econômicas. Os espaços assumiram o papel de receptores de estratégias que eram alheias às suas próprias especificidades e, ainda, houve um efeito dominador das zonas centrais, mais desenvolvidas e avançadas, sobre as zonas menos desenvolvidas, num típico domínio do centro sob a periferia. Após o reconhecimento dessas limitações e dos efeitos do modelo de crescimento econômico, no final da década de 1970 é que surgiu uma diferente concepção de desenvolvimento, o paradigma territorialista.

2.2.2 Paradigma Territorialista

A visão territorialista surgiu como resposta às desigualdades causadas pelo modelo funcionalista e buscou enxergar o desenvolvimento para além do crescimento econômico. Manteigas (2010) afirma que tal paradigma passou a assumir que os territórios são capazes de produzir por meio da valorização dos recursos endógenos, atribuindo especial importância ao papel das comunidades locais, às suas identidades e respectivas competências.

Ainda segundo o autor, na perspectiva territorialista, cada região tem oportunidade de elaborar estratégias para o seu desenvolvimento endógeno, através da valorização dos seus

recursos e da criação de complementaridades com outros recursos disponíveis. Então, os municípios, que na perspectiva funcionalista eram apenas agentes executantes, na perspectiva territorialista possuem maior iniciativa, aumentando a participação de outros atores no desenvolvimento.

O paradigma territorialista traçou como objetivo principal a "satisfação efetiva das necessidades básicas de toda a população de uma unidade territorial através de um uso integral dos seus próprios recursos" (HENRIQUES, 1990). Para a obtenção deste objetivo, este paradigma defendeu o envolvimento dos agentes modeladores do território no seu próprio modelo de desenvolvimento.

Assumindo uma postura integrada e diferenciada, o paradigma territorialista assenta na ideia de descentralização, mobilização dos recursos endógenos, valorização da participação e autonomia das comunidades na criação de redes de solidariedade ativas e capazes de gerar dinâmicas de desenvolvimento e iniciativas de carácter inovador (BRAGA, 1993).

2.3 Desenvolvimento local

Cada país, região ou localidade conta com processos de dinâmicas específicas, pois o processo de desenvolvimento não ocorre de maneira igual em toda a parte. Diante disso é que os atores da localidade passam a se estabelecer como relevantes no processo de desenvolvimento. Segundo Becker (2000):

“[...] geram-se condições concretas para a coexistência de múltiplos modelos de desenvolvimento. Essa diversidade de processos de desenvolvimento orientar-se-á pelas necessidades e interesses locais. Cada localidade, comunidade, municipalidade, sub-região, região, poderá e deverá optar por um processo de desenvolvimento que respeite seus valores e recursos específicos e melhor lhe oportunize participar do processo mundial de desenvolvimento” (BECKER, 2000, p. 46-47).

SILVEIRA (2013) afirma que:

“Cada uma das regiões do país se reveste de características próprias, seja no que se refere à dinâmica de sua inserção na divisão territorial do trabalho, seja em relação ao conteúdo, funcionalidade e implicações sociais, econômicas e espaciais da racionalidade técnica presente no território, como também no que diz respeito ao processo mais amplo de (re) produção do espaço regional” (SILVEIRA, 2013, pg. 15).

O desenvolvimento local aparece então como uma nova perspectiva que valoriza o social e as pessoas, procurando proporcionar-lhes protagonismo no processo de desenvolvimento de suas regiões, aproveitando com eficiência os fatores endógenos existentes nela. Para Pose (2008),

“[...] a primeira característica que distingue o desenvolvimento local face às abordagens tradicionais de desenvolvimento é que ele incide sobre um território em vez de um setor. Os processos de desenvolvimento local são geridos localmente e são participativos, os agentes e intervenientes locais desempenham um papel de liderança na concepção e execução da estratégia de desenvolvimento a ser seguida [...] o que dá poder a todos os atores locais, limitando assim os comportamentos oportunistas” (RODRÍGUEZ-POSE, 2008, p. 22).

A ideia de desenvolvimento local passou a ocupar bastante espaço nas discussões governamentais e nas estratégias de ação por parte da sociedade civil. Ferreira (2005) considera que o desenvolvimento local veio trazer uma imagem mais focalizada nos contextos, nos atores, na ação e nas iniciativas locais, contrariando a visão economicista do desenvolvimento. Pensar o desenvolvimento local, de acordo com Martins (2002) é "dotá-lo de um caráter mais humano", tendo em vista que a comunidade local deve participar "ativamente e não apenas ser beneficiária do desenvolvimento".

De acordo com Martins (1998), a ideia de desenvolvimento local é entendida como um processo de tomada de consciência da população e de mobilização social, que propõe promover, através de ações concretas, soluções aos problemas e necessidades enfrentadas pelos habitantes de determinada localidade. Para isso, deve-se enfatizar a efetiva participação das comunidades nas decisões sobre as ações a serem promovidas na sua região.

Para Pires (2007) o desenvolvimento local pode ser entendido como um processo de mudança social, capaz de produzir solidariedade e cidadania e conduzir a mudança e a melhoria do bem-estar da população de uma localidade ou de uma região. Afirma também que a qualidade de vida da comunidade deve ser prioridade e deve-se reivindicar para sempre fazer cumprir seus direitos sociais básicos, para que assim haja realmente o alcance do desenvolvimento local.

A partir disso, Marques e Martins (2003) entendem

“[...] que desenvolvimento local significa um processo contínuo de melhorias para uma comunidade, não somente nos aspectos econômicos de geração de emprego e renda, como também sociais (diminuição de desigualdades, melhorias na saúde, educação, cultura e demais indicadores

sociais). Isto é, desenvolvimento significa melhoria das condições de vida de uma comunidade” (MARQUES; MARTINS, 2003, p. 109).

Também deve ser considerada a forma como os indivíduos da comunidade se relacionam na vida cotidiana, pois esta é a base para se construir uma identidade sobre uma base territorial (CASTILHO; ARENHARDT; BOURLEGAT, 2009). Esse relacionamento é imprescindível para o fortalecimento da comunidade, pois possibilita o debate e escolha das melhores soluções e, assim, a orientação para o processo de desenvolvimento local (KASHIMOTO; MARINHO; RUSSEFF, 2002, p. 41).

Neste sentido, é importante considerar a contribuição de Ávila et al. (2000), que aponta a diferença entre desenvolvimento local e desenvolvimento no local:

“Desenvolvimento no local: quaisquer agentes externos se dirigem à “comunidade localizada” para promover as melhorias de suas condições e qualidade de vida, com a “participação ativa” da mesma; [...] e Desenvolvimento local: a comunidade mesma desabrocha suas capacidades, competências e habilidades de agenciamento e gestão das próprias condições e qualidade de vida, “metabolizando” comunitariamente as participações efetivamente contributivas de quaisquer agentes externos” (ÁVILA et al, 2000, p. 69).

Zambanini (2014) afirma que para se alcançar o desenvolvimento local existem dois tópicos principais complementares e interdependentes: (1) a necessidade da confiança e cooperação entre os atores envolvidos, e também (2) a necessidade do território possuir configuração em rede, onde os atores envolvidos participem nas tomadas de decisão acerca dos assuntos que tangem o interesse mútuo.

Segundo Carvalho (2006) os atores locais de extrema importância para promoção do desenvolvimento, tendo em vista que cada ator possui uma também na articulação dessas vertentes. Quando esses atores começam a agir juntos, por meio das parcerias ou pelas de redes de cooperação há uma maior força, força que a ação isolada de cada ator social talvez não conseguisse alcançar. Então, para que haja o desenvolvimento local é preciso que haja a cooperação e confiança entre as partes interessadas, pois agentes externos atuando de forma isolada não propulsionam o desenvolvimento. Jara (1998) afirma que:

“[...] para organizar o processo de planejamento municipal é necessário identificar e articular os atores sociais. Esses atores são formados pelos grupos que intervêm ativa ou passivamente na vida social, econômica e política municipal. Abrange as comunidades e associações, organismos públicos, sindicatos, partidos políticos, cooperativas, empreendimentos dos grupos de poder econômico, ONG’s, os grupos de base das Igrejas e em

geral, todos os agentes que sejam afetados em seus interesses e qualidade de vida, pelos efeitos dos processos locais de desenvolvimento” (JARA, 1998, p.97)

2.4 O papel das associações civis no desenvolvimento local

Ao longo da história tem se destacado o movimento de pessoas e grupos com o objetivo de cooperarem entre si para satisfazerem as necessidades individuais e comuns. Dentre as mais diversificadas formas de parceria está o associativismo, que surgiu com o intuito de lutar pelo bem comum de um conjunto de pessoas, podendo atuar em diferentes setores. Para Prattes (2013) trata-se de um princípio para o crescimento de uma sociedade, regido por liberdade, democracia e solidariedade.

O associativismo, segundo a Fundação Banco do Brasil (2010) é um instrumento para que uma comunidade passe a ter maior força social, política, ambiental e econômica. Ele se torna um meio de associação em que a comunidade se fortalece e tem maiores chances de alcançar objetivos comuns. Tocqueville (1979) afirma que as associações possuem extrema importância no processo de fortalecimento da sociedade civil, uma vez que elas rompem com o individualismo, não só presente nas sociedades democráticas, mas também originário das formas de governo.

Para Scherer-Warren (1998), as associações civis sem fins lucrativos são

“[...] Formas organizadas de ações coletivas empiricamente localizáveis e delimitadas, criadas pelos sujeitos sociais em torno de identificações e propostas comuns, como para a melhoria da qualidade de vida, defesa de direitos de cidadania, reconstrução comunitária, etc. Inclui-se nessas as associações de moradores, ONGs, grupos de mútua-ajuda, grupos de jovens, mulheres, étnicos, ecologistas e outros” (SCHERER-WARREN, 1998, p.15)

De acordo com Cardoso (2014), esse tipo de organização não tem como objetivo principal a atividade econômica, e sim a defesa dos interesses de um grupo de pessoas que descobriu na união de esforços uma solução mais prospera para determinados problemas. As associações são sociedades sem fins lucrativos, portanto, são geralmente de natureza assistencial, ou, senão, se dedicam a atividades recreativas, culturais, religiosas, científicas e beneficentes. Por serem sem fins lucrativos elas não podem conceder ganhos ou vantagens patrimoniais de seus associados (VEIGA; RECH, 2001, p. 19), ou seja, são organizações consideradas meios que podem trazer inúmeros avanços para a democracia.

Putnam (2002), inspirado principalmente pela teoria tocquevilleana, afirma que

“[...] as associações civis contribuem para a eficácia e a estabilidade do governo democrático, não só por causa de seus efeitos “internos” sobre o indivíduo, mas também por causa de seus efeitos “externos” sobre a sociedade. No âmbito interno, as associações incutem em seus membros hábitos de cooperação, solidariedade e espírito público [...]. A participação em organizações cívicas desenvolve o espírito de cooperação e o senso de responsabilidade comum para com os empreendimentos coletivos. Além disso, quando os indivíduos pertencem a grupos heterogêneos com diferentes tipos de objetivos e membros, suas atitudes se tornam mais moderadas em virtude da interação grupal e das múltiplas pressões. Tais efeitos, é bom que se diga, não pressupõem que o objetivo manifesto da associação seja político. Fazer parte de uma sociedade orfeônica ou de um clube de ornitófilos pode desenvolver a autodisciplina e o espírito de colaboração” (PUTNAM, 2002, p.103-104).

O fortalecimento desse espaço societário de deliberação e decisão contribui para compensar ou reduzir certas deficiências da sociedade política que afetam negativamente a igualdade política, incluindo o privatismo, a relativa opacidade dos processos decisórios e, também, o próprio desequilíbrio societário (AVRITZER, 1997). As associações encaminham para o poder público informações, reivindicações e orientações de sua comunidade que permitem enriquecer o processo deliberativo, logo os efeitos a nível individual, como a transformação da consciência social e política, são resultado desta discussão pública (VIEGAS, 2004).

Para que as Associações consigam de fato auxiliar no desenvolvimento local de um território, é importante que o poder público auxilie no atendimento das demandas apresentadas, caso o contrário, elas terão que encontrar outros meios para executar ações de melhorias. De acordo com Abreu e Amâncio (2016):

“O acesso ao Poder público se distingue para cada coletividade, dependendo da possibilidade de se ter dentro do Estado um representante político ou relações estreitas com a comunidade política [...] a influência pessoal pode ser notada nestas relações entre Poder Público e movimentos sociais que possibilita um diálogo contínuo, sem interrupções ao longo das trocas de gestão, mesmo que suas demandas não sejam atendidas” (ABREU; AMÂNCIO, 2016).

De acordo com Viegas (2004), há vários sinais que revelam a importância das associações no desenvolvimento de uma localidade, como acordos com o Estado para melhoria da saúde e educação, apoio em questões culturais e desportivas, além de conscientizarem a comunidade sobre direito dos trabalhadores, solidariedade social, direitos humanos, meio ambiente, racismo, aborto e muitos outros problemas sociais. Influenciando

diretamente na busca pelo alcance da defesa da cidadania e pela melhoria na qualidade de vida da comunidade.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O método de pesquisa é um conjunto de procedimentos e técnicas utilizados para se coletar e analisar dados. Com ele é possível proporcionar os meios para atingir o objetivo proposto, ou seja, são as “ferramentas” das quais fazemos uso na pesquisa, para se responder nossa questão (STRAUSS; CORBIN, 1998). Segundo Minayo (2010), a metodologia inclui, simultaneamente, o método, que é a teoria da abordagem adotada; as técnicas, que são instrumentos e a forma de operacionalização do conhecimento; e a criatividade do pesquisador.

Com o objetivo de investigar o papel das associações civis na promoção do desenvolvimento local na percepção de seus membros, o presente trabalho classifica-se como qualitativo. Neste tipo de pesquisa, segundo Freitas e Prodanov (2013):

“[...] o pesquisador mantém contato direto com o objeto de estudo em questão. Nesse caso, as questões são estudadas no ambiente em que elas se apresenta sem qualquer manipulação intencional do pesquisador. A utilização desse tipo de abordagem difere da abordagem quantitativa pelo fato de não utilizar dados estatísticos como o centro do processo de análise do problema” (FREITAS; PRODANOV, 2013).

Para isso, o pesquisador vai a campo investigar o objeto em estudo a partir da perspectiva das pessoas que estão envolvidas no processo, considerando todos os pontos de vista relevantes. Quanto aos objetivos, é classificada como descritiva, quando o pesquisador apenas registra e descreve os fatos observados sem interferir nos mesmos. Visa descrever os aspectos relevantes de determinada população, fenômeno ou ainda a relação existente entre as variáveis (GIL, 1999).

Por “consistir em coletar e analisar informações sobre determinado indivíduo, família, grupo ou uma comunidade, a fim de estudar aspectos variados de sua vida, de acordo com o assunto” (FREITAS; PRODANOV, 2013) esta pesquisa também pode ser classificada como um estudo multicase. De acordo com Yin (1994), o estudo de caso pode incluir tanto o estudo de um único caso quanto um estudo de múltiplos casos.

Para coleta de dados optou-se por realizar entrevistas estruturadas, e a escolha dos entrevistados foi feita de maneira intencional, já que estas instituições têm destacado papel junto ao poder público local. Segundo Lüdke e André (1986), a grande vantagem dessa técnica em relação às outras é o fato dela permitir a captação imediata e corrente das informações desejadas, com a maioria dos tipos de informantes e sobre os mais variados tópicos/temas.

Como a pesquisa é de caráter qualitativo, a análise de dados foi baseada na técnica de análise de conteúdo. De acordo com Bardin (2008), trata-se “de um conjunto de técnicas de análise da comunicação, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”. Nela será analisada a interação das respostas das entrevistas para proporcionar uma melhor visão e compreensão do conteúdo do problema estabelecido, descrevendo as características do impacto das associações de bairros de Lavras-MG no desenvolvimento local.

A partir do embasamento teórico apresentado, entende-se que desenvolvimento local significa um processo contínuo de melhorias para uma comunidade, não somente nos aspectos econômicos (geração de emprego e renda), mas também os humanos, políticos e sociais (melhorias na saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, cultura, lazer e demais indicadores), conforme aponta Oliveira (2002).

Na perspectiva de um verdadeiro desenvolvimento local, a meta não é apenas o progresso material ou a expansão da oferta local de emprego e renda, mas também a promoção da vida, a satisfação plena das necessidades fundamentais de uma comunidade. Tais aspectos serão utilizados como referência para analisar o papel das associações de município escolhidas na promoção do desenvolvimento local. A tabela 1, abaixo, sintetiza as categorias definidas:

Tabela 1. Categorias de análise de desenvolvimento local	
Análise da efetivação do desenvolvimento local	
Aspectos sociais	Melhorias nos indicadores sociais, que nesse trabalho abrangem aspectos como: saúde, educação, transporte, cultura e lazer
Aspectos econômicos	Geração de emprego e renda

Fonte: Do autor (2019).

As entrevistas foram realizadas com membros de quatro associações do município de Lavras-MG. No caso da Associação Comunitária dos Bairros Jardim Glória e Jardim Campestre I, II e III entrevistou-se a atual coordenadora de eventos e que está a mais de 13

anos na associação, e que será denominada Entrevistada 1; na Associação Amigos e Moradores dos bairros Jardim Eldorado, Monte Líbano 1 e 2, foram entrevistados um de seus membros e o atual presidente, que será aqui nomeado como de Entrevistado 2; na Associação Comunitária do Bairro Água Limpa foi entrevistado o atual presidente da associação, que está a mais de 19 anos na instituição e será nomeado neste estudo como Entrevistado 3; e por fim; na Associação Comunitária do Bairro Vista do Lago foi entrevistada a atual presidente, aqui nomeada Entrevistada 4. Todas as associações estão executando algum tipo de atividade.

4 ANÁLISE E RESULTADOS

4.1 Descrição dos objetos de estudo

4.1.1 Associação dos Bairros Jardim Glória e Jardim Campestre I, II e III

O bairro Jardim Glória foi criado na década de 70 para abrigar os operários da fábrica de tecidos “Fabrill Mineira”. Recentemente três bairros (Jardim Campestre I, II e III) foram abertos ao lado do Jardim Glória. Tais bairros possuem juntos aproximadamente 10 mil habitantes e uma associação chamada “Associação Comunitária do Bairros Jardim Glória e Jardim Campestre I, II e III”. A associação é muito conhecida e exaltada por associações de outros bairros pela sua influência e organização. Surgiu em 1998, porém estava desativada e teve o trabalho reiniciado apenas em 2012. Apenas após a reativação da Associação que os bairros Jardim Campestre I, II e III foram incorporados a mesma.

Hoje a Associação perdeu forças devido ao falecimento de seu grande idealizador, e suas principais áreas de atuação estão ligadas à Associação de Catadores de Materiais Recicláveis.

4.1.2 Associação dos Bairros Jardim Eldorado e Monte Líbano I e II

Os bairros Jardim Eldorado e Monte Líbano I e II foram criados antes de 2000 e tiveram a sorte de uma ótima estrutura inicial, com pavimentação e serviços de água e esgoto e energia elétrica. A associação existente, Associação de Moradores e Amigos dos Bairros Jardim Eldorado e Monte Líbano I e II”, foi criada em 2001, com a finalidade de se ter para a comunidade um órgão que a representasse.

Hoje, o foco da Associação é manter as praças limpas e bem cuidadas, a pavimentação de dois becos e tampar alguns buracos que ainda tem nos bairros.

4.1.3 Associação do Bairro Água Limpa

O bairro Água Limpa é um conjunto habitacional que foi construído pelo empresário Carlos Alberto Pereira. O bairro não contava com uma boa infraestrutura, nele não havia escolas, posto de saúde e nem asfalto em sua entrada. A associação, denominada Associação de Moradores do Bairro Água Limpa, surgiu a cerca de 24 anos para reivindicar melhorias para o bairro.

A atuação da Associação nos dias de hoje se baseia na construção de uma passarela entre a rodovia BR-265 e o bairro, além da limpeza urbana.

4.1.4 Associação do Bairro Vista do Lago

O Bairro Vista do Lago compõe o programa Minha Casa, Minha vida. As casas do Residencial foram entregues no dia 19/06/2017 e os contemplados começaram a habitar o local a partir dessa data. A associação do bairro, intitulada Associação Comunitária do Bairro Vista do Lago, já estava existindo três meses antes das casas serem entregues. Nesse período os interessados estavam reunidos através da professora Julia, da Universidade Federal de Lavras, pois o poder público municipal desenvolveu ações visando fomentar a constituição de associações de moradores, para que os mesmos passassem a apresentar suas demandas.

A Associação, hoje, está com o foco na viabilização da construção de uma horta comunitária e em negociações para o desentupimento de bueiros, além de sempre se preocupar com a melhoria da comunicação com o poder público.

4.2 Ações e práticas de desenvolvimento

O município de Lavras possui diversas associações de bairro, porém, poucas estão atuantes no momento. Nesse tópico serão apresentados os dados e análises dos quatro casos selecionados. Os assuntos abordados contemplaram as condições de funcionamento das associações, suas ações e práticas e a contribuição das mesmas para o desenvolvimento local.

O formulário foi apenas um roteiro, não necessariamente sendo seguido rigorosamente, deixando espaço para que o entrevistado formulasse suas ideias de maneira

mais livre e espontânea. Todos os pontos abordados foram exclusivamente coletados a fim de responder de forma mais direta e clara os objetivos da pesquisa, buscando a visão dos membros de associações quanto à contribuição delas para o desenvolvimento local.

4.2.1 Condições de Funcionamento

Os aspectos sociais passaram a ser considerados como de extrema importância para que o desenvolvimento de uma localidade seja de fato alcançado. Conforme já apresentado, Avritzer (1997) acredita que as associações contribuem para compensar ou reduzir as deficiências do poder público. Nesse sentido, pode-se dizer que as associações cumprem um papel importante na busca de melhorias, sobretudo pelo fato de atuarem diretamente na saúde, educação, transporte, cultura e lazer, conforme prega o conceito de desenvolvimento social.

Quando questionados sobre o surgimento das associações, a Entrevistada 1 respondeu que a Associação Comunitária dos Bairros Jardim Glória e Jardim Campestre I, II e III surgiu para buscar melhorias para a comunidade, porque até então, não havia representatividade para os bairros:

"A associação é única e exclusivamente em benefício do povo e para o povo, porém a gente cobra dos poderes constituídos as ações, você entendeu? Então a motivação eu acho que foi de um grupo de pessoas com o ideal de fazer o bem para a comunidade, sem representatividade, e aí surgiu a associação" (Entrevistada 1).

Pela resposta do entrevistado 2, a Associação de Moradores e Amigos dos Bairros Jardim Eldorado e Monte Líbano I e II surgiu para reivindicar algumas questões que não eram ouvidas pelo poder público:

"A associação é importante para o bairro, é ela que tem uma voz mais ativa perante o poder público. A motivação foi por melhorias do bairro, reivindicar um ponto de ônibus, linha de ônibus, uma praça. [...] quando a gente chega numa prefeitura sendo uma pessoa, é diferente, então foi a necessidade de ter uma associação, porque você chegando, quando é associação, o poder público vai dar mais atenção" (Entrevistado 2).

Seguindo na mesma linha, o Entrevistado 3 garante que o surgimento da Associação de Moradores do Bairro Água Limpa se deu pela necessidade de melhorias no bairro, que até então era negligenciado pelo poder público:

“O motivo é que o bairro não tinha nada, ai nós tivemos que formar uma associação pra poder brigar na prefeitura os direitos do bairro. Achamos legal montar a associação pra poder lutar pelo bairro.” (Entrevistado 3).

A Entrevistada 4 também afirma que a Associação de Moradores do Bairro Vista do Lago surgiu buscando melhores condições para o bairro e seus moradores, que são em sua maioria, pessoas carentes:

“A criação foi porque como o bairro é muito carente, seria pra dar uma melhor condição de vida pros moradores. Fica um monte de área ociosa que podia ser usado pra outra coisa e não se usa pra nada” (Entrevistada 4).

A partir destes depoimentos pode-se perceber que as quatro associações surgiram com a mesma finalidade: ter suas demandas atendidas. A Fundação Banco do Brasil (2010) afirma que com uma associação a comunidade passa a ter mais força e passa a ter mais possibilidades de alcançar seus objetivos, fato que é claramente exposto pelos entrevistados.

As quatro Associações também têm em comum a falta da periodicidade de suas reuniões. A Entrevistada 1 afirma que antigamente havia uma reunião por mês, porém como a adesão não era muito grande decidiu-se finalizar; hoje praticamente não existe reunião. Segundo o Entrevistado 2, às vezes a Associação faz reunião, porém também não há adesão. Já o Entrevistado 3 diz que de dois em dois meses a Associação faz reunião, mas caso tenha algum problema mais complexo, eles diminuem o prazo entre uma reunião e outra. A Entrevistada 4 lamenta que não há reuniões em sua Associação, e que quando ela tenta agendar algo, também não há adesão.

Nos quatro casos nota-se que as Associações funcionam sem muita participação da comunidade e com poucos atuantes, a iniciativa sempre vem do presidente ou de um pequeno grupo que se mobiliza, o que será discutido nos próximos tópicos.

4.2.2 Ações e práticas

Como se pôde observar, todos os bairros estudados careciam de algum tipo de serviço por parte do poder público, no entanto possuíam baixa representatividade e resolveram se articular com a intenção de cobrar investimentos para melhorar a qualidade de vida de seus moradores.

Quando questionada a respeito dos problemas do bairro Jardim Glória antes do surgimento da Associação, a Entrevistada 1 respondeu que as reclamações eram a respeito dos

buracos, da falta de pavimentação, da ausência de iluminação pública e de estabelecimentos comerciais, dos meios de transporte insuficientes e em relação à pedreira. Os bairros Jardins Campestres I, II e III também sofriam dos mesmos problemas, porém, o que precisava de maior atenção era o Jardim Campestre III. Tal bairro tinha um grande problema com a segurança pública e a falta de identificação das ruas, o que acarretava problemas na entrega de correspondências por parte dos correios:

“O III não tinha nada, eles tinham que ir lá no correio pegar conta de luz, água, nada chegava lá. Os correios alegavam pra gente que não estavam chegando até as casas das pessoas, porque as ruas não estavam identificadas de acordo com a legislação. A gente também tinha muitos problemas em relação à pedreira. Os tremores eram constantes, com emissão de poeira tóxica que poluía bairros bem distantes dos nossos. Aconteciam frequentemente arremesso de pedregulhos sobre as casas, inclusive, uma pedra de quase 20 kg foi arremessada da pedreira caindo no quintal de uma casa no Campestre III. Em quase todas as casas dos três Campestres e Jardim Glória existiam rachaduras decorrentes dos tremores” (Entrevistada 1).

Nos bairros Jardim Eldorado e Monte Líbano I e II não há equipamentos públicos, como posto de saúde e escolas públicas, porém os moradores nunca tiveram o interesse de lutar por eles. Ainda assim, foram necessárias algumas melhorias como a questão da segurança pública, a construção de praças e também de redutores de velocidade para evitar os acidentes que estavam ocorrendo semanalmente.

“Ali na esquina tinha acidente toda semana, os carros passavam muito rápido, tinha a necessidade de construir quebra-molas. Era muito complicado” (Entrevistado 2).

O bairro Água Limpa também não possuía nenhum equipamento público e essa era uma necessidade de seus moradores:

“Não tinha ônibus, não tinha asfalto na entrada do bairro onde é o posto de gasolina. Não tinha nada no bairro, não tinha escola, não tinha creche, não tinha posto de saúde, não tinha nada e a gente precisava porque as crianças e as mães grávidas tinham que atravessar muito a rodovia, tinha que ir pra outros bairros pra ir pra escola e pro posto de saúde” (Entrevistado 3).

O bairro Vista do Lago foi o que mais necessitou de atendimento. Além de não ter os equipamentos públicos, o bairro sofria com problemas de iluminação pública, segurança pública e bueiros entupidos. Segundo a Entrevistada 4:

“Aqueles bueiros estavam todos entupidos. Tanto que a rua 1, que liga o Vista do Lago com o Judith (outro bairro vizinho), que era a linha do ônibus, não passa mais lá. O asfalto cedeu, o ônibus teve até que inverter a rota” (Entrevistada 4).

Para superar os problemas apresentados acima, as Associações dos bairros começaram a reivindicar melhorias e mediar os interesses da comunidade com o poder público. Algumas demandas são atendidas e outras são resolvidas mediante a dinâmica de parceria. Abreu e Amâncio (2016) afirmam que a dinâmica de parceria se dá por eventuais restrições ou impossibilidades de atuação poder público em atender às demandas requeridas pela associação.

De acordo com a Entrevistada 1, nos bairros Jardim Glória e Jardim Campestre I, II e III várias reivindicações e ações foram realizadas pela associação. De reivindicações encaminhadas à prefeitura e conquistadas pode-se citar a regularização das linhas de ônibus já que não se tinha horário determinado e a quantidade de veículos era menor que o necessário, a pavimentação e ampliação da praça que existe na Avenida Evaristo Gomes Guerra, a substituição das lâmpadas queimadas, a instalação da "Rede Vizinhos Protegidos" no Jardim Campestre III, a limpeza das ruas, e outros. Grande parte dessas reivindicações foram feitas por meio de ofícios elaborados pelo antigo coordenador adjunto e encaminhados à prefeitura. O maior feito, de acordo com a Entrevistada refere-se ao problema da pedreira, e do caso de uma pedra que caiu na casa de um morador:

“A associação entrou com uma ação no Ministério Público, pedindo providências em relação a adequação a área de trabalho da pedreira, fizemos antes um abaixo assinado com a comunidade [...] porque além dos tremores, das trincas nas casas, tinha a poeira tóxica. Aí entramos com essa ação, pedimos ao Ministério Público que acionasse a empresa, tivemos uma reunião com a empresa e Ministério e hoje está tudo ok” (Entrevistada 1)

Quanto às ações realizadas pela associação foram citadas a instalação de placas nas ruas no bairro Campestre III, ação realizada mediante patrocínio obtido pela Associação, o trabalho nas áreas sociais com realização de "Ruas de Lazer ", projeto em que acontecem apresentações artísticas diversas, como bandas de música, teatro, dança, palestras de educação ambiental e ecológica, conscientização para a necessidade de se reciclar e não jogar lixo em vias urbanas e terrenos baldios, além das diversas parcerias estabelecidas, que ajudaram em questões ambientais e de saúde:

“Nossa Associação através da parceria com o curso de Engenharia Florestal e um núcleo de estudos, iniciou um trabalho de replantio de espécies nativas, totalizando aproximadamente 2000 mudas plantadas; a recuperação de 8 nascentes e trabalho continuado de Educação Ambiental nas Escolas municipais dos bairros de sua abrangência [...] também foi a primeira instituição que fez parceria com o Curso de Medicina em seus primórdios, trazendo alunos para estagiarem nos postos de saúde aqui existentes e fazendo um trabalho de visita domiciliar” (Entrevistada 1).

A associação também faz incentivo à cultura, e neste sentido promoveu por diversas vezes atividades culturais e artísticas em datas comemorativas, como Dia das Mães, Dia dos Pais, Dia dos Namorados e Natal, além de incentivar os cidadãos do bairro que gostam de escrever, disponibilizando um espaço para que eles mostrassem seus trabalhos no Informativo do Bairro. Inicialmente foi um jornal criado pela escritora Rose Gonçalves, mas que passou a ser de responsabilidade da Associação:

“Neste informativo, mensalmente eram relatadas todas atividades da Associação, havia prestação de serviços e espaço para que os escritores dos bairros e colaboradores escrevessem seus artigos, poesias e contos” (Entrevistada 1).

Nos bairros Jardim Eldorado e Monte Líbano I e II todos os problemas citados foram resolvidos por meio de parcerias com a Prefeitura Municipal e entidades sem fins lucrativos. A parceira para a construção da praça se deu por meio da disponibilização de mão de obra e maquinário pela Prefeitura, e da arrecadação financeira promovida pela Associação junto aos moradores do bairro, que custearam a compra dos materiais necessários, conforme relata o Entrevistado 2:

“Eles falaram que tinham o maquinário e a mão de obra, aí foi que nós começamos a ir de casa em casa pedir uma ajuda e conseguimos o cimento, areia, tudo [...] ganhamos a grama, ganhamos os bancos, fizemos uma parceira com as entidades e conseguimos. E hoje a praça é realidade” (Entrevistado 2).

Outra conquista foi a implementação de dois redutores de velocidade em uma das esquinas. O local representava perigo para os pedestres. Para resolver a situação a associação enviou um ofício à prefeitura, e mesmo a prefeitura declarando não poder realizar a obra naquele momento, já que sua máquina estava quebrada, a associação arrecadou recursos financeiros com os moradores do bairro para o conserto da máquina para que o quebra-molas fosse feito.

Para solucionar o problema da segurança pública, foi instalada a "Rede Vizinhos Protegidos" no bairro. De acordo com o Entrevistado 2 só a fixação de placas informativas sobre o projeto nas residências já surtiu um efeito enorme, diminuindo a quantidade de ocorrências de roubos e outros na região. Hoje ele diz que o grupo de "whatsApp" criado é um grande aliado para essa questão:

“Eu também tenho uns amigos militares e quando eu vejo alguém depois das 23h aqui na praça eu já mando mensagem pra eles e peço pra dar uma olhada” (Entrevistado 2).

Em relação às ações culturais, a associação organiza uma festa junina para ter um atrativo no bairro. No ano de 2019, em junho, será a 13ª edição desta festa, que se tornou conhecida na cidade e é amplamente visitada por moradores de outros bairros pela sua qualidade e segurança.

No Água Limpa, as reivindicações foram inúmeras. De acordo com o Entrevistado 3 o bairro não tinha nenhuma infraestrutura, e por este motivo foram enviadas demandas via ofício à prefeitura:

“A gente montava a nossa comissão e ia lá pra reivindicar, direto na prefeitura mesmo [...] hoje temos creche, escola, quadra poliesportiva, tudo por luta da associação. Escolaridade tá perfeito, posto de saúde também funciona muito bem, as linhas de ônibus hoje tão regulares, tá muito boa, funciona direitinho [...] segurança pública funciona perfeitamente também, foi através da associação que conseguimos o Vizinhos Protegidos e hoje ainda funciona através da associação, em um grupo do WhatsApp [...] temos duas praças aqui no bairro, a praça não existia, depois da associação que a gente começou a melhorar ela. porque eles fazem só um cimentado, uma graminha e chama de praça, mas não tinha iluminação, banco, não tinha nada, hoje funciona normal” (Entrevistado 3).

Em termos culturais, a Associação conta com parcerias do Centro Universitário de Lavras (Unilavras) e da Universidade Federal de Lavras (UFLA), porém os eventos programados têm atingido apenas as escolas do bairro.

“Cultural é bem fraco, hoje melhorou um pouco na escola. A Unilavras hoje faz um trabalho cultural muito bom aqui no bairro porque eles vão ter uma sede aqui, então as meninas da tão trabalhando forte aqui no bairro [...] já tivemos alguns eventos culturais realizado pela UFLA também, do pessoal da educação física, mas é mais na escola com as crianças mesmo” (Entrevistado 3).

No bairro Vista do Lago, as reivindicações foram feitas, porém, de acordo com a Entrevistada 4, nada foi atendido.

“Melhoria não teve, eu corri muito atrás com a secretaria de obras e de meio ambiente, com ofício em março desse ano [...] a gente tenta PSF, creche, mas a prefeitura joga que essas são verbas federais ou verbas do estado e essa verba nunca vem porque nosso estado está falido. Tem área pra creche, tem área pra posto de saúde, pra escola, mas não tem feito nada.” (Entrevistada 4).

Com a ausência de respostas da prefeitura, a presidente Associação do bairro Vista do Lago começou a buscar parcerias com a Universidade Federal de Lavras. Também foram procurados representantes do legislativo local para auxiliar na busca por caminhos e melhorias:

“Através de um vereador consegui que a secretaria de meio ambiente viesse limpar o gramado que deu umas plantas espinhosas, aí foi lá e capinou. A ideia era limpar a área e plantar arvores nativas do cerrado, mas não obtivemos respostas também [...] aí eu fui atrás e consegui mudas de vizinhos e plantei. Nisso eu consegui o contato de um professor da Engenharia Florestal da UFLA que ajudou a gente, levou 50 mudas pra mim, levou a muda, fertilizante e a gente plantou [...] a iluminação a gente pediu pra um vereador também e ele conseguiu que eles trocassem as lâmpadas.” (Entrevistada 4).

Em relação à cultura e lazer a Associação do bairro Vista do Lago também conta com apoio de parceiros:

“Ano passado fizemos uma festinha de natal, mas foi com a ajuda dos vereadores e pessoas que se sensibilizaram com o bairro. No dia das crianças também fizeram uma festa lá, um cachorro quente, pula-pula pras crianças” (Entrevistada 4).

Conforme já mencionado, Martins (1998), afirma que o desenvolvimento local ocorre como um processo de tomada de consciência da população e de mobilização social, promovendo assim, através de ações concretas, soluções aos problemas e necessidades enfrentadas pelos habitantes de determinada localidade. Por esta perspectiva nota-se que as quatro Associações estudadas estão executando de forma satisfatória.

Marques e Martins (2002) entendem que desenvolvimento local pressupõe um processo de melhorias para uma comunidade nos aspectos econômicos de geração de emprego e renda. Então, a geração de emprego e renda também é uma das formas para garantir a

efetividade do desenvolvimento local, e as Associações entram como forma de auxiliar nesse aspecto, conseguindo assim ajudar os moradores do bairro. Tal área passa a ser explorada mediante a necessidade do bairro.

Segundo a Entrevistada 1, nos bairros Jardim Glória e Jardim Campestre I, II e III houve a necessidade da criação de algum mecanismo de geração de emprego e renda para seus moradores. Num primeiro momento a ideia foi construir uma horta comunitária, que não obteve êxito por falta de adesão, em seguida foi sugerida a criação de uma associação de catadores de materiais recicláveis, instituição que funciona até hoje no espaço cedido pela Prefeitura Municipal na Estrada do Madeira:

“Eu, meu marido e o Eduardo falamos em montar uma reciclagem, e ficou só a gente trabalhando mais de ano, no sol na chuva, ai depois foi entrando gente. Tem gente aqui do Jardim Glória, Jardim Campestre, do Fonte Verde, Vista do Lago e São Vicente. A cooperativa melhorou demais a vida dos associados, graças a deus” (Entrevistada 1).

Para o Entrevistado 2 os bairros Jardim Eldorado e Monte Líbano I e II não possuem tal necessidade devido a condição de vida de seus moradores:

“Aqui não tem essa necessidade, não vejo, porque o poder aquisitivo do pessoal aqui do bairro é mais alto, nunca surgiu essa demanda na verdade” (Entrevistado 2).

No bairro Água Limpa foi idealizado pela Associação uma horta comunitária e a mesma funcionou bem durante um determinado período, gerando renda e alimentação para moradores do bairro. Contudo, depois a horta passou a ser responsabilidade da escola municipal, servindo como fonte de alimentação para os estudantes:

“No momento nós estamos parados com essas ações, horta comunitária a gente fez uma época, hoje a escola mesmo já tem a horta dela e funciona bem dentro da escola, eles vão se tornando independentes e nem precisa da associação mais. Mas precisamos nos reunir pra fazer essas ações porque eu acho muito importante [...] a horta era da associação, onde é a escola mesmo, ai a prefeitura veio, pegou o terreno, construiu a quadra poliesportiva, mas quando funcionava tava funcionando bem, tava legal, gerando uma renda e alimentação para o pessoal” (Entrevistado 3).

O bairro Vista do Lago não conseguiu desenvolver nenhuma ação com tal finalidade, porém, segundo a Entrevistada 4, a Associação vem tentando a cerca de um ano a criação de

uma horta comunitária. A ideia não consegue se concretizar pois a Prefeitura não concedeu a área que é preciso para sua criação:

“A horta seria pra ser uma verba, uma alimentação pra uma escola, alimentação dos moradores em si, mas dá sempre o entrave [...] a associação está atuando na medida que ela pode, pra fazer a horta, por exemplo, precisa de uma concessão de área da prefeitura, mas nunca veio” (Entrevistada 4).

4.2.3 Contribuição para o desenvolvimento local

Conforme mostrado acima, as Associações estudadas executam diversas ações para auxiliar no desenvolvimento do município de Lavras/MG, porém dependem de outras variáveis para que o desenvolvimento seja de fato alcançado. De acordo com Martins (2002), o processo de desenvolvimento requer participação, organização e empoderamento da população local, para que ela não seja apenas beneficiária do mesmo, mas se sinta corresponsável pelas ações. A participação ativa nas associações leva ao fortalecimento da representação da comunidade e de suas demandas.

No entanto, conforme afirmam os entrevistados quando perguntados a respeito da participação da população, tem-se um baixo envolvimento. A iniciativa para o desenvolvimento de ações e de reivindicações sempre parte do presidente ou de um líder local que mobiliza os demais na busca por soluções e melhorias, e este normalmente é o único realmente atuante:

“Nós incentivamos a participação, mas no meu conhecimento não tem muita não. Motivamos, incentivamos, mas acho que não tem não, era mais o meu marido antes de falecer e hoje sou mais eu mesmo” (Entrevistada 1).

“Sou mais eu mesmo [...] as pessoas são muito individualistas, oportunistas, elas não pensam no comum, tem um buraco na porta da casa dele, ele bate lá em casa, tampou o buraco, acabou, eu posso bater na casa dele pra resolver uma questão da praça que ele não vem, esquece tudo [...] toda associação tem esse problema, o povo fala que só fica na corda do cara que faz, ninguém participa” (Entrevistado 2).

“A participação eu acho que é um grande problema que a gente tem, eu acho que todo presidente de associação tem. A comunidade hoje reclama demais, mas quando você chama uma reunião, uma comunidade que tem mais de mil residências, se for 15, 20 pessoas é muito [...] esse é um grande problema da sociedade, reclamar é muito fácil e agir são poucos que agem, tanto que eu já entrei na associação, já sai, porque eu vi que as coisas estavam se perdendo [...] eu coloco moto pra rodar no bairro chamando para as reuniões, essas motos de som, faço folders nas padarias, nos bares, mas a participação é muito pouco, eu queria que fosse mais” (Entrevistado 3)

“Eu tomo mais a frente, me esforço muito, mas tem aquele entrave da população, porque se você não vê resultado você meio que fica descrente. Se

eles não vêm o resultado, não vêm os órgãos competentes ajudando, eles não querem participar, e é o caso aqui no Vista do Lago, ninguém participa, sou só eu mesmo, fazendo o que posso” (Entrevistada 4).

Para que uma Associação consiga ter resultados relevantes e realmente auxilie no desenvolvimento local é necessário que o setor público auxilie no atendimento das demandas encaminhadas. Abreu e Amâncio (2016) afirmam que o acesso ao Poder público se distingue para cada coletividade, dependendo da possibilidade de se ter dentro do Estado um representante político ou relações estreitas com a comunidade política.

Algumas Associações, por terem presidentes mais influentes, conseguem respostas mais rápidas dos órgãos competentes, outras por estarem em regiões mais nobres, com moradores de maior poder aquisitivo conseguem auxiliar a prefeitura na compra de matéria prima por meio de doações e contribuições financeiras. Quando perguntados a respeito do acesso ao poder público e do atendimento das demandas, foram obtidas as seguintes respostas:

“Dentro da prefeitura a gente tem algumas pessoas vamos dizer assim, que trabalham como secretários, são funcionários, que a gente tem conhecimento e ajudam a gente com o atendimento das demandas” (Entrevistada 1).

“Nós somos parceiros do poder público, eu não vou lá só pedir, eu vou lá pra ser parceiro. “To” precisando de grama, a prefeitura não tem grama, então eu compro a grama e eles tem mão de obra pra plantar, é dessa forma. Aquela associação que chega só pedindo, o poder público fala pra sair fora. Eu tinha uma abertura muito grande com os dois prefeitos, antes de eu trabalhar lá, eu chegava e tinha portas abertas, pra eles é muito difícil ter que licitar as coisas, três meses pro trem rodar, então eu agilizava isso pra eles, dava o material [...] tudo tem que ter a contrapartida, é parceria, não é fazer a associação e ir cobrar do poder público pra asfaltar, quebra mola, não vai funcionar, porque as prefeituras tão quebradas, não tem verba [...] o pedido pra ser rápido você tem que fazer algo, ser parceiro. Se você chega falando que quer fazer calçada e já tem o cimento, eles mandam a mão de obra. É o que eu falo as pessoas tem que fazer algo” (Entrevistado 2).

“Pra mim não tem dificuldade de acesso aos órgãos porque graças a deus todo mundo conhece a gente, aí fica fácil, eu acredito que se mudar a diretoria ai já complica um pouco, mas a gente tem um acesso livre a prefeitura, aos vereadores, então fica bem tranquilo [...] se a associação não tem alguém conhecido dificulta muito” (Entrevistado 3).

“A gente corre muito atrás, mas não tem um retorno da prefeitura, é sempre assim, tudo que a gente vai cobrar eles jogam de um pra outro e acaba que não fazem nada [...] as demandas que a associação leva estão paradas, não temos respostas e nem ações” (Entrevistada 4).

Nota-se, portanto, que a participação da população nas associações estudadas é muito baixa, e apenas o presidente busca realizar ações de melhorias nos bairros. Porém, mesmo com a baixa participação, as associações conseguiram êxito em algumas reivindicações.

Percebe-se também na fala dos entrevistados que a atuação das associações é fortemente influenciada pela abertura dada ao poder público. A ausência de resposta acaba por atrapalhar a atuação das mesmas e na contribuição para o desenvolvimento local.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No processo de desenvolvimento local, onde o objetivo é a expansão da oferta local de emprego e renda e a promoção da vida e a satisfação plena das necessidades fundamentais de uma comunidade, a participação das associações é fundamental. Na comunidade estão as pessoas que conhecem o local, incluindo suas potencialidade e limitações e, portanto, estão creditadas a buscar melhorias. Este fato contribui para percepção de que as associações possuem objetivos e um repertório de ações distintas, que vem a depender do contexto e da urgência.

O desenvolvimento nos aspectos sociais e econômicos que ocorreu nos bairros estudados, na visão de seus membros só foi possível graças às reivindicações feitas pelas associações. Isso se demonstra, embora timidamente e de forma diferente nas diversas localidades pois, antes de sua fundação, as comunidades não tinham voz e as demandas não eram atendidas. Porém para que essas reivindicações fossem e sejam de fato apresentadas e o desenvolvimento local seja alcançado a participação da população e o atendimento das demandas pelo setor público são variáveis extremamente importantes no processo.

Em todos os bairros apresentados, a participação da população nas associações e na busca de melhorias é extremamente baixa, acontecendo apenas quando envolve algo de seu interesse. Tal fator faz com que os presidentes das Associações tomem frente das iniciativas e lutem pelo bairro praticamente sozinhos.

Nos bairros Jardim Glória e Jardim Eldorado I, II e III, Jardim Eldorado e Monte Líbano I e II e Água Limpa notou-se que as melhorias foram muitas, isso devido a influência que seus representantes possuem perante ao poder público, seja por usufruto da rede de relacionamentos na prefeitura ou devido ao melhor poder aquisitivo dos moradores que compõem seus bairros, auxiliando o poder público no atendimento das demandas. No bairro Vista do Lago, onde a Presidente não possui tais contatos e seus moradores não conseguem ajudar financeiramente, a maior parte das demandas fiquem paradas, fazendo com que se busque outros meios para o atendimento das mesmas.

O que se conclui é que as Associações, na percepção de seus membros, de fato auxiliam no desenvolvimento local, pois buscaram e conseguiram diversas melhorias para o bairro, seja com o auxílio da prefeitura ou com o estabelecimento de parcerias. Nesse sentido, diz-se que elas abrangem todas as formas legítimas de atender as necessidades da comunidade com as alternativas que suas figuras centrais encontram para buscar o que não é atendido pelo poder público

Nesta investigação foi possível identificar alguns dos impactos das associações de bairro no desenvolvimento local da cidade de Lavras – MG, no entanto, os dados aqui apresentados não correspondem a toda realidade do município, sendo necessário, então, estudos que abarquem as peculiaridades de cada bairro, para que assim se possa perceber, concretamente, a dimensão e a importância do trabalho desenvolvido por este tipo de entidades e possamos contribuir não só academicamente, mas também, estrategicamente, com o direcionamento e planejamento das associações em busca do alcance do desenvolvimento local.

Como no desenvolvimento local, o papel do Estado como provedor de demandas sociais é compartilhado com a comunidade, e neste sentido é necessário que ela participe do processo, o que não foi observado no estudo. A partir desta constatação apresenta-se a necessidade do aprimoramento de estudos sobre participação social e os fatores que impedem e facilitam em nível local a articulação das pessoas em prol de determinada causa. A valorização da participação da população através da mobilização constitui uma das principais referências do desenvolvimento local, levando em conta os interesses do conjunto da população.

REFERÊNCIAS

- ABREU, K. C.; AMÂNCIO, J. M. Na periferia tem gente, sim: Um estudo de caso sobre atuação dos bairros no acesso ao poder público no município de Lavras-MG, **Revista Eletrônica de Ciência Política**, vol. 8, p. 62, 2016
- AMARO, R. R. Desenvolvimento – Um Conceito Ultrapassado ou em Renovação? Da Teoria à Prática e da Prática à Teoria. **Cadernos de Estudos Africanos**, 4, Janeiro / Julho, 37-70. 2003
- ÁVILA, V.F. **Cultura de sub/desenvolvimento e desenvolvimento local**. 1. ed. Sobral: Edições UVA, v. 1. p. 115. 2006.
- AVRITZER, Leonardo. **Um desenho institucional para o novo associativismo**, Lua Nova, 39, São Paulo, Cedec, 1997
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2008. 288 p
- BARQUERO, A.V. **Política Económica Local: la respuesta de las ciudades a los desafíos del ajuste productivo**. Madrid: Ediciones Pirámide, 1993.
- BRAGA, Domingos Afonso. “Entre o território e a função: algumas notas sobre a problemática do Desenvolvimento Regional e Local”, **A Rede para o Desenvolvimento local**, pp. 11-15, 1993.
- CALHEIROS, A.A. Globalização e desenvolvimento local. Que futuro para os territórios desfavorecidos?. **Faculdade de Ciências Sociais**. ed. 1, V.1, p. 7-8. 2003.
- CARDOSO, Univaldo Coelho. **Associação Série Empreendimentos Coletivos**. Brasília: SEBRAE, 2014.
- CARVALHO, D. M. Associação e Desenvolvimento Local: um estudo de caso na Associação dos Produtores de Leite de Águas Belas/PE. REAd. **Revista Eletrônica de Administração**, v. 12, n. 6, p. 663-690, 2006.
- CASTILHO, M. A. de; ARENHARDT, M. M.; LE BOURLEGAT, C. A. Cultura e identidade: os desafios para o desenvolvimento local no assentamento Aroeira, Chapadão do Sul, MS. Interações: **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, v. 10, n. 2, p. 159-69, jul./dez. 2009.
- FELICÍSSIMO, J. R. Descentralização e regionalização políticoadministrativa. **Revista São Paulo em Perspectiva**, Fundação Seade, v.5, n.4, out./dez., p.60-72, 1991.
- FERREIRA, F. **O Local em Educação – Animação, Gestão e Parceria**. Textos de Educação. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 2005.
- FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. Produção Agropecuária Integrada Sustentável - **Cartilha do Agricultor familiar: Associativismo e Cooperativismo Solidário**, 2010

- FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Círculo do Livro, 1974.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, p. 206, 1999.
- GODARD, O. A gestão integrada dos recursos naturais e do meio ambiente: conceitos, instituições e desafios de legitimação. In: Vieira, Paulo Freire; Weber, Jacques (Orgs.). **Gestão de Recursos Naturais Renováveis e Desenvolvimento – novos desafios para a pesquisa ambiental**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- HENRIQUES, J.M. **Municípios e desenvolvimento**, Edições Escher, Lisboa, 1990
- JARA, C. J. **A sustentabilidade do desenvolvimento local: desafios de um processo em construção**. Brasília, DF: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura; Recife: Secretaria do Planejamento do Estado de Pernambuco, 1998.
- KASHIMOTO, E. M.; MARINHO, M.; RUSSEFF, I. Cultura, identidade e desenvolvimento local: conceitos e perspectivas para regiões em desenvolvimento. Interações: **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, Campo Grande, MS, v. 3, n. 4, p. 35-42, mar. 2002.
- LOBO, T. Descentralização: Uma Alternativa de Mudança. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, V. 22, n.1, 1988, p. 14-24.
- LOPES, J.M.F. **A (re)invenção do local: o papel das Associações de Desenvolvimento Local e o programa LEADER**. 2012
- LÜDKE, M.; ANDRE, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: E.P.U., 99 p. 1986.
- MANFREDINI, C.; LOPES, J. R. Participação comunitária em projetos de desenvolvimento local: um estudo no bairro de Marins, Piquete/SP. In: **ENCONTRO ANUAL DA ANPAD**, 29., Brasília, 2005. **Anais...** Brasília: Anpad, 2005.
- MANTEIGAS, Ana Filipa Monteiro. **Governança para o desenvolvimento local em Penamacor**, Covilhã, 2010
- MARTINELLI, D. P.; JOYAL, A. **Desenvolvimento local e o papel das pequenas e médias empresas**. Barueri, SP: Manole, 2004.
- MARTINS, S. R. O. Desenvolvimento local: questões conceituais e metodológicas. **Interações**, Campo Grande, v. 3, n. 5, p. 51-59, set. 2002.
- MEDEIROS, J.P.; BORGES, D.F. Participação cidadã no planejamento das ações da Emater-RN. **Rev. Adm. Pública[online]**. 2007, vol.41, n.1, p.63-81
- MELLO, D.L. Descentralização: Papel dos Governos Locais no Processo de Desenvolvimento Nacional e Recursos Financeiros Necessários para que os Governos Locais Possam Cumprir seu Papel. **Revista de Administração Pública**, V. 25, n. 4, 1991, p. 199-217

MINAYO, M.C.S. (Org) **Pesquisa Social**; Teoria Método e Criatividade. 29ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2010

OLIVEIRA, G.B. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista FAE**, Curitiba, v.5, p.37-48, maio/ago. 2002.

PIRES, E. As lógicas territoriais do desenvolvimento: diversidades e regulação. **INTERAÇÕES - Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. Vol 8, n 2, p 155-163, set. 2007.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. 3.ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002

PRATTES, Claudemir Marcos. **Associativismo**: o princípio do fortalecimento das profissões, 2013.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **De Metodologia do Trabalho Científico**: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico. 2º Ed. Nova Hamburgo-RS: Universidade Feevale, 2013. 276p.

RAMBO, J. A.; RUPPENTHAL, J. E. **As redes de cooperação no contexto do desenvolvimento local e regional**. ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, p. 24, 2004

ROCHA, E. **A constituição cidadã e a institucionalização dos espaços de participação social**: avanços e desafios, 2008.

RODRÍGUEZ-POSE, A. Conquistas e desafios da prática e investigação acadêmica do desenvolvimento económico local. **Revista Local - Programa Delnet**, Centro Internacional de Formação da OIT, Turim, n. 5, p. 22-24, 2008

ROCHA, J.C. A participação popular na gestão pública no Brasil. **Revista Jus Navigandi**: Teresina, ano 16, n. 2886, 27 maio 2011. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/19205>>. Acesso em: 27 mar. 2015.

SACHS, I. "Revisiting development in the twenty-first century". **International Journal of Political Economy**, v. 38, n. 3, p. 5-21. 2009.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Cidadania sem fronteiras**: ações coletivas na era da globalização. São Paulo: Hucitec, 1998.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo, Cia. das Letras, 2000.

SILVEIRA, R.L.L. **Observando o Desenvolvimento Regional Brasileiro**: processo, políticas e planejamento. [Recurso eletrônico] - Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2013.

STRAUSS, A.; CORBIN, J. **Basics of qualitative research**: grounded theory procedures and techniques. Newbury Park, CA: Sage Publications, 1998.

TOCQUEVILLE, Alexis de. O Antigo Regime e a Revolução, Brasília: **Editora Universidade de Brasília**, 1979.

ULTRAMARI, C.; DUARTE, F. **Desenvolvimento local e regional**. 2. ed. Curitiba: Ibpex, 2011.

VAZ, F.; MUSSE, J.; SANTOS, R. F. **20 anos de constituição cidadã**: avaliação e desafios da seguridade social, v. 1, Brasília: ANFIP, p. 89-96, 2008.

VIEGAS, J.. Implicações Democráticas das Associações Voluntárias – O caso Português numa perspectiva comparativa europeia. **Sociologia, Problemas e Práticas**, p. 33- 50, 2004

WARREN, I.S. Movimentos sociais e participação. **Ambientalismo e participação na contemporaneidade**. São Paulo: Educ, 2001.

WOLFE, A. Três caminhos para o desenvolvimento: mercado, estado e sociedade civil. In: **A democracia como proposta**. Rio de Janeiro: IBASE, p. 35-63. 1991.

YIN, R.K. Case study research: design and methods. Newbury Park, **California: Sage Publications**, 1994. 166p

ZAMBANINI, M.E. **Inovação e desenvolvimento local**: uma análise sobre São José dos Campos / Marcos Eduardo Zambanini. -- São Caetano do Sul: Universidade Municipal de São Caetano do Sul, 195 p.36. 2014.

APÊNDICE**APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO AS LIDERANÇAS
COMUNITÁRIAS**

Data: ____/____/2019

Nome do(a) Entrevistado(a): _____

Sexo: () 1. Feminino () 2. Masculino

Nome da Associação: _____

Cargo na Associação: _____

Ano de entrada na Associação: _____

- 1- Quando e como esta associação surgiu?
- 2- Qual foi a motivação inicial para sua criação?
- 3- Como eram as condições de acesso a serviços públicos aqui antes da associação existir?
- 4- O que mudou?
- 5- Qual foi a contribuição da associação para essas mudanças?
- 6- Atualmente, quais são as principais áreas de trabalho da associação?
- 7- Quais reivindicações e ações a associação fez (saúde, educação, habitação, transporte, cultura, lazer, alimentação, segurança pública)?
- 8- De que forma isso ocorreu? Existiu alguma liderança local? Que tipo de atores (órgãos, pessoas, conselhos, instituições) procuraram?
- 9- Houve dificuldades? Quais?
- 10- A comunidade participa e se envolve com essas ações e reivindicações?
- 11- Houve dificuldades? Quais?
- 12- O poder público auxiliou e ajudou no atendimento destas demandas? Qual foi a principal dificuldade?
- 13- Quanto tempo demorou para receberem uma resposta desses órgãos para os quais encaminharam as demandas?
- 14- Em relação aos aspectos econômicos (geração de emprego e renda), a associação realiza alguma ação para a melhoria dos mesmos?

ANEXOS

ANEXO 1 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE

I- Título do trabalho experimental: O PAPEL DAS ASSOCIAÇÕES DE BAIROS NO DESENVOLVIMENTO LOCAL: PRÁTICAS E RESULTADOS NO MUNICÍPIO DE LAVRAS-MG

Pesquisador(es) responsável(is): Denis Renato de Oliveira

Instituição/Departamento: Departamento de Administração e Economia

Telefone para contato: (35) 3829-4619

Local da coleta de dados: Associações de município de Lavras – MG

Prezado(a) Senhor(a):

- Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa de forma totalmente voluntária da Universidade Federal de Lavras.
- Antes de concordar em participar desta pesquisa, é muito importante que você compreenda as informações e instruções contidas neste documento.
- Os pesquisadores deverão responder todas as suas dúvidas antes que você se decida a participar.
- Para participar deste estudo você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira.
- Você tem o direito de desistir de participar da pesquisa a qualquer momento, sem nenhuma penalidade e sem perder os benefícios aos quais tenha direito, não acarretando qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido pelo pesquisador.

As informações contidas neste termo visam firmar acordo por escrito, mediante o qual o responsável pelo menor ou o próprio sujeito objeto de pesquisa, autoriza sua participação, com pleno conhecimento da natureza dos procedimentos e riscos a que se submeterá, com capacidade de livre arbítrio e sem qualquer coação. O TCLE deve ser redigido em linguagem acessível ao voluntário de pesquisa.

II - OBJETIVOS

Analisar através de um estudo de caso em quatro associações de município de Lavras – MG, o papel das associações de bairros do município de Lavras - MG na promoção do desenvolvimento local.

- JUSTIFICATIVA

Essa pesquisa se realizará para contribuir com o direcionamento e planejamento das associações de município em busca do alcance do desenvolvimento local, com efeito sobre a qualidade de vida das populações das regiões envolvidas.

- PROCEDIMENTOS DO EXPERIMENTO AMOSTRA

Serão entrevistados membros de quatro associações de bairros do município de Lavras – MG

EXAMES

Não se aplica

III - RISCOS ESPERADOS

Não se aplica

IV – BENEFÍCIOS

Sua entrevista contribuirá para conhecer as condições de funcionamento das associações, identificar as ações e práticas das associações e, analisar a relação entre os resultados alcançados e o desenvolvimento local.

Eu, _____ certifico que, tendo lido as informações acima e suficientemente esclarecido (a) de todos os itens, estou plenamente de acordo com a realização do experimento. Assim, eu autorizo a execução do trabalho de pesquisa exposto acima.

Lavras, ____ de _____ de 2019

NOME:

RG:

ASSINATURA:

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada com o pesquisador responsável e a outra será fornecida a você.

No caso de qualquer emergência entrar em contato com o pesquisador responsável no Departamento de Administração e Economia. Telefones de contato: 035 3829-4619.